



LANÇAMENTO DE APLICATIVO SOUGOV.BR PREOCUPA PROFESSORES

Página 7

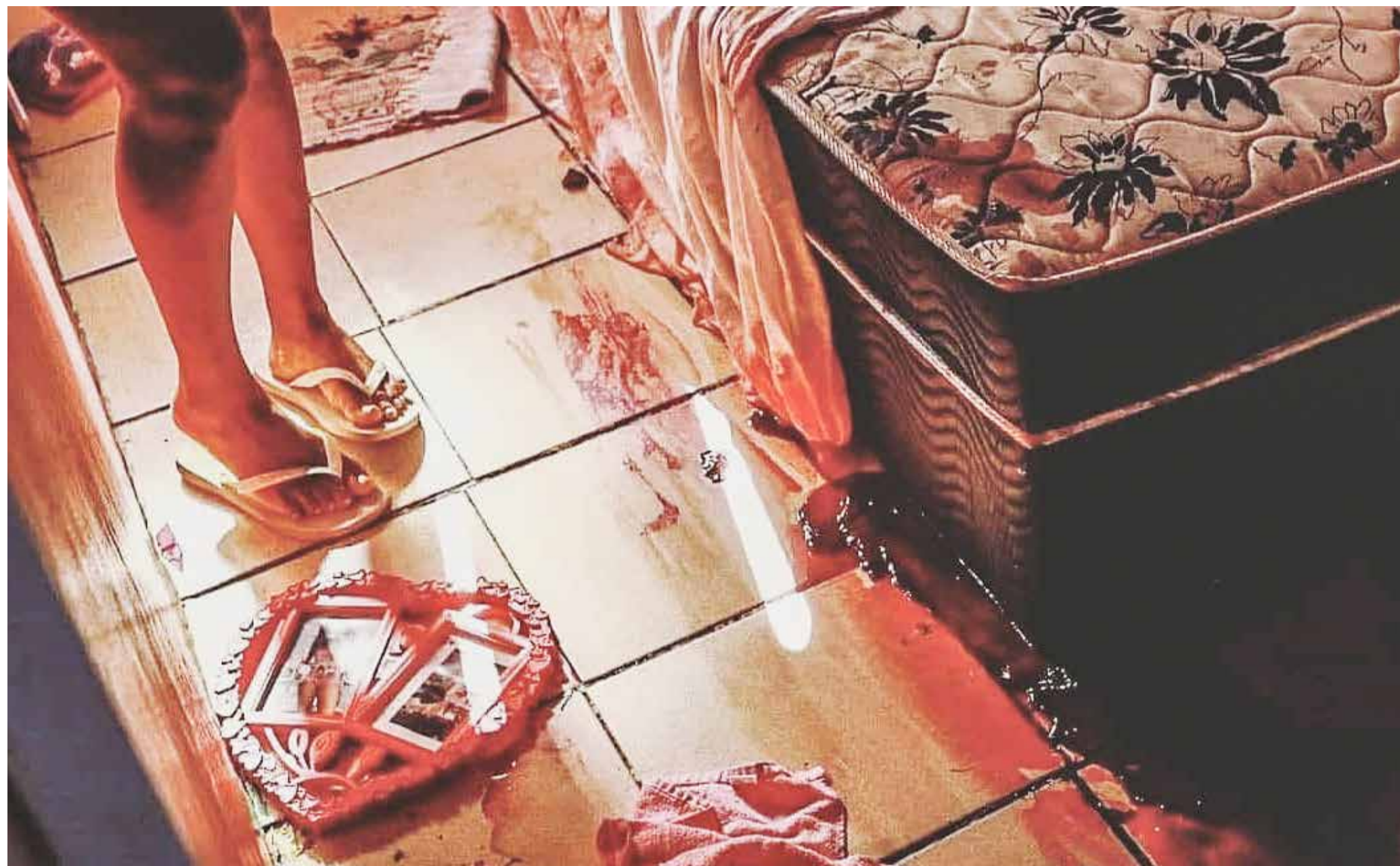


FABIANO ROCHA/DIVULGAÇÃO

**BRASIL PEDE VACINA.
GOVERNO DO RIO
ENTREGA CHACINA**

#OrgulhoDeSerUFRJ

FABIANO ROCHA/DIVULGAÇÃO



BATISMO DE SANGUE

SILVANA SÁ*

“Atenção, crianças, trocamos bandidos por balas”, gritava o policial, fazendo piada pelo alto-falante do Cavirão. Não foi uma vez, nem duas vezes que ouvi aquela chantagem macabra. O que eu escutava me dava medo. Eu sabia que não era do doce que eles falavam. Era da morte. Nasci na primavera de 1982 num quase cortiço em São Cristóvão, um prédio com banheiro comunitário e nenhuma privacidade. No inverno de 1985, mudamos para o Complexo da Maré, o conjunto de favelas em que cresci e aprendi muita coisa que uma criança não deve aprender.

Desde a primeira infância, aprendi a saber o som de tiro e a diferenciar quando o estampido vinha de um revólver calibre 38, de uma pistola calibre 22 ou de um fuzil. Também descobri cedo o barulho do blindado da polícia e os melhores esconderijos para não ser alcançada pelos petardos do helicóptero — quem cresce em comunidade sabe que “balas machucam”.

Tudo isso é exaustivo física e emocionalmente para quem vive na favela. Nesses 39 anos de existência, eu vi as coisas piorarem. A chacina desta quinta-feira (6)

no Jacarezinho, que matou 25 pessoas, é a mais sangrenta da história. Por mais empatia que se tenha, não há como imaginar o que é presenciar o assassinato de alguém dentro da própria casa. “Me diz como minha filha vai dormir nesse quarto outra vez? Ela tem nove anos, executaram o cara aqui. Ela escutou tudo”, diz a mãe, cujo quarto e cama da crianças estavam banhados de sangue. Banhados de sangue!

Muitas testemunhas afirmam que os policiais não queriam cumprir os 21 mandados de prisão. De fato, prenderam apenas seis pessoas. “Os meninos queriam se render, estavam acuados, abaixaram as armas, mas eles [os policiais] não deixaram, queriam matar. Mataram todos”, revelou um morador. Um dos corpos foi colocado sentado numa cadeira, às vistas dos moradores, com o dedo na boca. Era para servir de “exemplo”?

O exemplo que temos na favela é de uma polícia corrupta e de um Estado cúmplice do mal. A violência aumentou substantivamente nos últimos dez anos e explodiu com a ascensão de Bolsonaro e Witzel. Em 2019, a polícia fluminense matou 1.814 pessoas. O início da pandemia e o isolamento social foi convidativo à continuidade das operações violentas nas áreas mais empobrecidas da cidade, o que motivou o Supremo Tribunal Federal a proibir operações rotineiras. O ministro Edson Fachin usou o caso do menino

João Pedro, de 14 anos, assassinado pela polícia em São Gonçalo, para exemplificar a barbárie. “Nada justifica que uma criança de 14 anos de idade seja alvejada mais de 70 vezes”, escreveu em sua decisão.

De junho, quando Fachin proferiu a liminar, até setembro, houve redução no número de assassinatos pela polícia. A média mensal caiu para 30 mortes (número absurdo, mas menor que as 150 mortes mensais de antes da decisão). Mas, desde outubro passado, os números voltaram a subir. Até março, foram registradas 434 operações policiais nas favelas do Rio, com 800 assassinatos.

O que fica perceptível é que o Estado não tenta acabar com o tráfico de drogas. O êxito da operação de quinta foi o massacre da população pobre e negra. O resultado é a negação do direito à saúde, à educação, à alimentação, à vida. Escolas não funcionaram, pessoas não foram vacinadas contra a covid-19 e as cestas básicas não foram distribuídas ontem no Jacarezinho. A favela, machucada, agonizante, segue em luta pela existência, eu sigo sobrevivendo entre a minha memória de um passado triste e um presente nada esperançoso.

*Jornalista da AdUFRJ, foi criada no conjunto de favelas da Maré

#OrgulhoDeSerUFRJ

EDITORIAL

É URGENTE PASSAR DA COMOÇÃO ÀS RUAS



DIRETORIA

Brasil está sendo devastado por Bolsonaro. São mais de 400 mil mortes por covid-19. A maior parte delas já em 2021, quando havia vacinas disponíveis que não chegaram ao país por ação deliberada do governo. O Brasil voltou para o mapa da fome de onde saímos em 2013: em 2020, nada menos do que 59,4% dos lares registraram algum tipo de insegurança alimentar, sendo 15% de um modo grave. Ou seja, estão literalmente passando fome. Além disso, o desemprego bateu recorde este ano, com 14 milhões de desempregados e 6 milhões de desalentados.

Em meio a tantas dores, somos atravessados por momentos de comoção, angústia e raiva individuais pelos entes queridos que se foram e coletivas por perdas simbólicas. Esses sentimentos vêm desde a primeira morte pela pandemia, quando Rosana Aparecida Urbano, diarista, moradora da periferia de São Paulo, morreu infectada pela patroa. Rosana faleceu em 12 de março de 2020, num momento em que o novo coronavírus chegava ao Brasil carregado, principalmente, por quem voltava de viagens ao exterior. Passados 15 meses, os óbitos se multiplicam, passam dos 400 mil e atingem anônimos e celebridades, caso do ator Paulo Gustavo, de apenas 42 anos de idade e um talento gigantesco para transformar o riso em empatia e resistência.

O artista que inspirou os aplausos nas janelas de

milhares de brasileiros na noite de quarta-feira era símbolo da diversidade e por isso era odiado pelo bolsonarismo, que desejou sua morte nas redes sociais. Mas o ódio não cessa no Rio de Janeiro. Na manhã do velório de Paulo Gustavo, fomos abalados por mais um massacre nas favelas cariocas, em ação policial ilegal que chacinou 25 pessoas no Jacarezinho. Foi a maior chacina da história sangrenta do estado. E despertou nova comoção entre nós que desejamos um outro mundo.

Diante desse ar irrespirável de mortes e ódio, é urgente transformar nossa comoção em indignação e ocupação das ruas. Estamos paralisados desde março de 2020, zelosos das medidas de isolamento social, com uma defesa importante da nossa coerência em não provocar aglomerações e, desta forma, não contribuir para o colapso do Sistema Único de Saúde e para o esgotamento das e dos profissionais que estão na linha de frente.

Mas em política é preciso saber mudar conforme as circunstâncias. A defesa de uma coerência idealista pode facilmente virar intransigência e, pior, se cristalizar em um moralismo elitista. Sabemos que a parcela dos que podem se proteger no isolamento social é cada vez menor. Se o povo trabalhador se expõe ao vírus, não nos resta outra alternativa a não ser ir às ruas e aceitar correr riscos para dizer basta a Bolsonaro.

Isso é ainda mais urgente quando assistimos assustados à última demonstração de força do bolsonarismo no Dia do Trabalhador. É verdade que as passeatas da extrema-direita em 1º de Maio passaram longe de ter a força que o presidente genocida precisava para dar o golpe que ele tanto deseja. Mas é fato que foram maiores do que esperávamos, demonstrando que Bolsonaro segue vivo e em condições de destruir e matar ainda mais o

nosso presente e futuro.

O momento político não é favorável ao genocida. A CPI da Pandemia no Senado avança para demonstrar sua responsabilidade direta nas mortes por covid-19. O ex-presidente Lula, pleno dos seus direitos políticos, cresce nas pesquisas e avança nas articulações de uma frente eleitoral que venha a derrotar o atual presidente no pleito de 2022.

A variável que falta para consolidar um quadro de avanço das forças democráticas contra Bolsonaro é ocuparmos as ruas. Não podemos mais esperar. Vamos de máscaras PFF2, álcool em gel, em um lugar amplo e arejado tal qual o Aterro do Flamengo, por exemplo, mas vamos às ruas!

CINECLUBISMO E O GOLPE DE 64

■ “Comecei a entrar no movimento político em 1966/67 fazendo cineclubismo”, contou o cineasta



Silvia Tendler (foto), durante a última sessão do CineAdUFRJ, em 29 de abril. “Me lembro da gente no enterro do estudante Edson Luís e na Marcha dos 100 mil (em junho de 1968) com um cartaz escrito: cineclubes contra a ditadura!”, lembrou. O evento discutiu como o golpe de 1964 foi representado no cinema brasileiro em dois momentos bem distintos: um, durante a fase final do regime militar; e outro, após 30 anos, já na democracia. “É possível pensar cinema como fonte histórica. Mais do que tudo, é uma fonte do momento em que foi produzido”, explicou a professora Maria Paula Araújo, do Instituto de História. Para o cineasta Luiz Arnaldo Campos, o cineclubismo era, na ditadura, a iniciação para todos que estavam insatisfeitos com o regime. “Era um daqueles pontos onde os divergentes podiam se encontrar. Quantos grupos de estudo não saíram dos cineclubes? Quantos não viraram militantes depois de assistir a uma cópia contrabandeada?”, disse. (Liz Mota Almeida)

S.O.S COLÔMBIA

■ Uma proposta de reforma tributária apresentada pelo governo da Colômbia causou uma onda de manifestações que sacode o país desde 28 de abril. O projeto previa aumento de impostos que afetaria principalmente as classes média e baixa da população, já bastante castigada pela pandemia (75 mil mortes) e pela crise econômica: 47,5% dos colombianos vivem em situação de pobreza.

Pior: o governo respondeu aos protestos com violência. Após cinco dias de conflitos, já havia pelo menos 19 mortos, sendo 18 civis e um policial, além de 800 feridos. Mesmo após o presidente Iván Duque pedir ao Congresso que tirasse da pauta de votação o projeto de lei, os confrontos entre manifestantes e o Esquadrão Móvel Antiterrorismo (ESMAD) se agravaram. A crise chamou a atenção do Escritório de Direitos Humanos da ONU, que acusou as agências de segurança colombianas de uso excessivo da força.

Nos últimos dias, estudantes colombianos de pós-graduação no Rio de Janeiro divulgaram um documento para denunciar a situação do país natal. “Solicitamos um chamado à solidariedade internacional para ativar os mecanismos de alerta, difusão e apoio contra a situação de violência sistemática aos direitos humanos na Colômbia”, diz um trecho.

Amanda Harumy, diretora de Relações Internacionais

da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG) do Brasil, considera as ações do governo e do ESMAD como terrorismo de Estado. “Estão utilizando a estrutura do Estado para reprimir a juventude que resiste e luta nas ruas da Colômbia”, comenta. Doutoranda pela USP, Amanda acompanha a situação na Colômbia e as reuniões da Organização Continental Latino Americana e Caribenha dos Estudantes (OCLAE), em nome da ANPG. “Repudiamos e denunciamos todos os ataques aos direitos humanos e à democracia colombiana”, diz. (Kim Queiroz)

AdUFRJ ASSEMBLEIA GERAL

Dia 14 de maio - 10h30

Pauta:
Proposta de paralisação do ANDES dia 19/05

Mobilização dos professores:
contra a reforma administrativa e cortes orçamentários



AdUFRJ
no Rádio
www.radio.ufrj.br

■ NO PROGRAMA ADUFRJ NO RÁDIO desta sexta-feira (às 10h, com reprise às 15h), os professores Eleonora Ziller e Josué Meideiros, diretores do sindicato, repercutem a triste notícia da morte do comediante Paulo Gustavo, uma das mais de 410 mil vítimas da covid no Brasil. Os docentes também apresentam as expectativas em torno da CPI da pandemia no Congresso e comentam a criação de um “Guia de boas práticas de apoio à parentalidade e às pessoas cuidadoras em atividade na UFRJ”. No quadro Café com Ciência e Arte, o diretor Felipe Rosa conversa com o pró-reitor de Planejamento e Finanças da universidade, professor Eduardo Raupp, sobre as dificuldades orçamentárias deste ano.

#OrgulhoDeSerUFRJ

#OrgulhoDeSerUFRJ

O QUE FAZER?

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

A pergunta angustia milhões de brasileiros, castigados pela pandemia e pelo governo inepto. Em busca de respostas, o **Jornal da AdUFRJ** ouviu três professores que assumiram mandatos em defesa da universidade pública num dos momentos mais difíceis da história do país. No comando da associação de reitores federais e das entidades sindicais nacionais que representam os docentes universitários, eles relatam os desafios a que são submetidos diariamente e apresentam as estratégias para reverter os prejuízos à Educação. Confira a seguir.



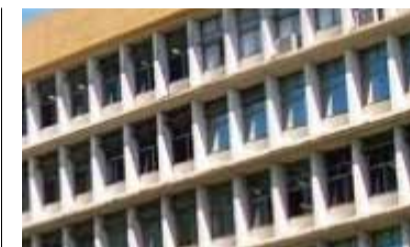
EDWARD MADUREIRA PRESIDENTE DA ANDIFES

● **JORNAL DA ADUFRJ - Qual foi o tamanho do corte que as 69 universidades federais sofreram em relação ao orçamento discricionário do ano passado?**

■ **Edward** - Foi uma redução em torno de R\$ 1 bilhão, o que representa 18%. E houve um bloqueio de 13,89% na chamada parte condicionada do orçamento, que depende de votação do Congresso para ser liberada. Este condicionado deve ser votado, como foi no ano passado. Mas nenhuma das 69 universidades consegue absorver o corte de 18%. O que as universidades poderiam fazer, em termos de otimizações diversas, e já com impacto seríssimo no dia a dia, foi feito.

● **Como lidar com este cenário?**

■ Nós temos que reverter isso. Não há outra saída. Estamos na expectativa do acordo feito na votação do orçamento: de um



PLN (Projeto de Lei do Congresso Nacional) para recompor o R\$ 1 bilhão. Esperamos que tudo que as universidades fizeram, estão fazendo e farão seja reconhecido para a gente continuar prestando um serviço de excelência para o país.

● **Além da asfixia orçamentária, como resistir aos ataques ideológicos?**

■ O Conselho Pleno da Andifes e as universidades têm se posicionado, de forma clara, através de seus conselhos, em defesa da democracia, da autonomia, da liberdade de expressão. Fazendo o diálogo sempre aberto e muito franco com toda a sociedade, desmistificando coisas que não são verdadeiras e que são atribuídas às universidades.



RIVÂNIA MOURA PRESIDENTE DO ANDES

● **JORNAL DA ADUFRJ - Como avalia essa resiliência do bolsonarismo, que ainda consegue realizar manifestações públicas de apoio ao presidente, mesmo com tantos erros do governo?**

■ **Rivânia** - O governo Bolsonaro tem cometido não só erros, mas crimes em seu mandato, principalmente durante a pandemia. Mas o presidente tem pautas a que o Congresso Nacional se alia muito facilmente. E penso que, para além do Bolsonaro, tem o bolsonarismo. Que se criou a partir de 2018 e que traz como seguidores uma fração grande que se identifica com várias pautas: com o racismo, com os ataques às mulheres e ao LGBT, com a criminalização dos movimentos sociais, com as perseguições políticas, com uma política ultraneoliberal. Este

segmento se vê representado na figura do presidente.

● **Bolsonaro diz que não pode fazer nada ou não pode fazer mais porque é perseguido pela imprensa, pelo Congresso e pelo Supremo Tribunal Federal. O que acha desta postura do presidente?**

■ Quando ele se vê ameaçado, ele se vitimiza. Joga um discurso que tenta esconder a real intenção do que ele quer com aquelas frases. Se isso de fato fosse real, ele teria que sair imediatamente. É muito dessa política de tentar passar todas as suas propostas. As ameaças contra as instituições têm se concretizado, na prática, com a criminalização dos movimentos, com prisões arbitrárias de manifestantes, com perseguições políticas. Como foi agora com a Sônia Guajajara, grande liderança indígena. Então tem uma parte que é ameaça e outra

parte em que esta ameaça se torna efetiva.

● **Qual deve ser a estratégia da oposição para derrotar o governo?**

■ Acho que a CPI abre uma página importante para tornar mais pública a atuação do governo. A CPI precisa punir o principal responsável por este total descontrole da pandemia no Brasil. Tem um processo também em andamento que prevê a junção de todos os pedidos de impeachment num pedido só. Há 108 pedidos de impeachment no Congresso. A gente assinou um pedido com mais de 50 entidades. Isso corre paralelo à CPI. Mas todo processo neste sentido precisa vir acompanhado de uma ampla mobilização. Criou-se, nacionalmente, puxada pelas frentes Brasil Popular e Povo sem Medo, a campanha pelo ForaBolsonaro, da qual o Andes participa.

● **Esta resistência não fica mais difícil hoje em dia com os reitores eleitos pela comunidade que não são nomeados pelo governo Bolsonaro?**

■ A Andifes já reiterou, por diversas vezes, a sua posição em defesa da nomeação do primeiro nome da lista, aquele que tem aval da comunidade universitária. Um reitor que não representa esse projeto tem dificuldade de gerir, no dia a dia. No âmbito da Andifes, as pessoas nomeadas são recebidas com isonomia pois é uma entidade de dirigentes. Tendo legalidade na sua nomeação, não cabe questionar a pessoa. Questionamos o processo de nomeação.

● **Mas e quando a Andifes precisa tomar uma decisão?**

■ Muito raramente, a Andifes precisa tomar deliberações a partir do voto. São construídos consensos. Claro que, quando tivermos de votar, vamos respeitar os votos contrários e aí vale a vontade da maioria.



NILTON BRANDÃO PRESIDENTE DO PROIFES

● **JORNAL DA ADUFRJ - Como avalia essa resiliência do bolsonarismo, que ainda consegue realizar manifestações públicas de apoio ao presidente, mesmo com tantos erros do governo?**

■ **Nilton** - A história do Brasil ainda é escravocrata. Por mais que haja avanços, esse saudosismo do senhor de engenho continua presente e muito forte. O Bolsonaro vem representar um pouco essa visão de sociedade. Isso, para mim, explica essa resiliência. Muita gente pensa como Bolsonaro. Se a gente não reverter isso, esse mal vai crescer.

● **Bolsonaro diz que não pode fazer nada ou não pode fazer mais porque é perseguido pela imprensa, pelo Congresso e pelo Supremo Tribunal Federal. O que acha desta postura do presidente?**

■ Para mim, está claramente colocada aí a ameaça ao Estado democrático de Direito. O que está sendo construído é uma percepção da sociedade de que o presidente da República só pode fazer alguma coisa se ficar livre das amarras constitucionais. O discurso dele está centralizado em fazer a população entender essa visão de que ele precisa desse poder autônomo e

total. É um discurso golpista, que é o que está na alma do governo Bolsonaro. Minha avaliação é que não há tempo para isso, até a próxima eleição. Mas ele alimenta isso, à la Trump, para criar dificuldades ou dizer que a eleição em que será derrotado não foi válida.

● **Qual deve ser a estratégia da oposição para derrotar o governo?**

■ Nós, do Proifes-Federação, temos dito que precisamos ter unidade. A oposição no Congresso é fraca. O sindicalismo brasileiro foi minado desde o governo Temer. Nenhuma entidade tem força suficiente para enfrentar essa avalanche de ataques. Todos os dias, surge um decreto novo, uma portaria nova. Tudo no sentido de desmanchar o Estado democrático de Direito. Então essa construção precisa ser trabalhada com muita responsabilidade entre todas as entidades: sindicatos, associações de moradores, centrais sindicais. Evidentemente, temos de fazer esse enfrentamento diariamente. Hoje, com a pandemia, com mídias sociais mesmo. E temos atuado muito junto ao Congresso. Essa articulação tem que ser o mais ampla possível, porque, se ficarmos só nos 120 deputados da oposição, não vamos fazer nada.

CEG aprova retorno presencial na Medicina e Odontologia

> Decisão foi tomada na semana passada, atende demanda do Centro Acadêmico de Medicina e atinge sete disciplinas práticas. Ainda não há datas definidas para o recomeço das atividades presenciais

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

Os cursos de Medicina e Odontologia da UFRJ foram autorizados pelo Conselho de Ensino de Graduação

(CEG) a retomarem as aulas práticas presencialmente. A permissão, porém, é uma excepcionalidade. No caso da Odonto, foram liberadas apenas duas disciplinas para que 17 estudantes se formem. Já a Medicina ganhou aval para oferecer uma disciplina prática hospitalar para alunos do sexto período e outras quatro para estudantes do sétimo período. O oitavo período não foi incluído porque tem menor carga teórico-prática e conseguiu se adaptar mais facilmente ao ensino remoto. O retorno presencial é facultativo para o curso. Equipamentos de proteção individual serão fornecidos pelas duas unidades aos alunos, técnicos e docentes envolvidos nas atividades práticas.

Um ponto que pesou para a aprovação dos pedidos foi a vacinação do corpo social. Quase todos os profissionais de saúde da UFRJ estão imunizados contra a covid-19, assim como os estudantes que realizam ou realizaram estágios obrigatórios nas unidades de saúde. Os 17 formando da Odontologia fazem parte deste grupo. A imunização é essencial para a segurança do retorno, já que diminui muito os riscos da atuação presencial na pandemia. “Esses alunos foram treinados para os protocolos de biossegurança durante o período de estágio e foram vacinados. Supervisores de clínica e todo o pessoal de apoio também foram imunizados em janeiro deste ano”, esclareceu a professora Gérgia Atella, conselheira do CEG e relatora do pedido de excepcionalidade da unidade.

Relatora da solicitação da Medicina, a professora Nathalie Henriques argumentou que, sem as aulas, os futuros médicos ingressariam no internato “sem saber como palpar um fígado, uma tireoide”, disse. “O que solicitamos são práticas clínicas, somente, para suprir a defasagem para estes alunos. É uma demanda dos estudantes e por isso a Faculdade de Medicina solicita a liberação da prática clínica dentro do Complexo Hospitalar da UFRJ”, explicou a docente. “Esses alunos não

atuarão em áreas específicas de covid-19, mas em grupos pequenos, em outras áreas. Havendo recrudescimento da curva epidemiológica, as aulas serão suspensas”, garantiu.

A pró-reitora de Graduação, professora Gisele Pires, afirmou que o colegiado só se debruçou sobre os pedidos das duas unidades porque houve anuência dos GTs Coronavírus e Pós-Pandemia. “Fizemos reuniões desde quinta-feira ao longo do fim de semana e ambos concordaram que trouxéssemos ao colegiado essas duas demandas específicas”.

O GT Coronavírus é responsável pelas análises epidemiológicas ao longo da pandemia e por aconselhar a reitoria cientificamente. É coordenado pelo professor Roberto Medronho, ex-diretor da Faculdade de Medicina, favorável, desde o início, ao pleito dos estudantes. Já o Pós-Pandemia, que discute o retorno das aulas práticas, é coordenado pela professora Fátima Bruno, superintendente de Planejamento da PR-3. “Fizemos todo o mapeamento dos locais de aulas da Faculdade de Odontologia, mas não fizemos esse trabalho na Medicina, porque a unidade não nos enviou os dados necessários”, revelou. Sua equipe elaborou um plano de retorno para a UFRJ, que está em fase de análise pela reitoria.

ESTUDANTES COMEMORAM

“A aprovação do CEG foi uma vitória”, comemorou Pietra Alcantara, coordenadora geral do centro acadêmico de Medicina. “O ciclo clínico estava evoluindo sem essa carga prática, o que representa um risco inclusive para os pacientes que serão atendidos por esses estudantes”, argumentou. “São os períodos em que a pessoa aprende a lidar com o paciente, fazer os exames. É uma formação insubstituível, não se aplica ao remoto. Por isso, foi entendida a excepcionalidade”, explicou a aluna. A data de retorno ainda não foi decidida. “Ainda estamos em diálogo com a Faculdade de Medicina, para saber quando voltaremos presencialmente”.

POLÊMICA

Damires França, conselheira representante dos técnico-administrativos, afirmou que a bancada é contrária ao retorno presencial, mesmo que seja apenas de aulas práticas. “A última taxa de contágio divulgada pelo Covidímetro foi 1,43, risco de contágio ainda muito alto no



“O ciclo clínico estava evoluindo sem essa carga prática, o que representa um risco inclusive para os pacientes que serão atendidos por esses estudantes

PIETRA ALCANTARA
Coordenadora do Centro Acadêmico de Medicina

Rio de Janeiro. Segundo o Conselho Federal de Enfermagem, a cada 19 horas perdemos um enfermeiro ou médico para a covid-19”, elencou. “Eu trago esses dados para mostrar o quanto precisamos proteger nossos futuros profissionais de saúde, mas também precisamos cuidar dos professores, dos técnicos e principalmente dos terceirizados que são mais vulneráveis e se expõem a um risco maior”.

Já a docente Luísa Arueira Chaves, suplente de Macaé no CEG, acredita que o pedido da Medicina abre precedentes para outros cursos. “É uma questão de isonomia. Vou defender retirar o ponto de pauta, porque considero que o pleito é muito diferente do pedido da Odontologia”. Apesar das ponderações, houve ampla maioria na aprovação das duas solicitações.

é do interesse de toda a universidade.

A professora Mônica Ferreira Moreira, representante do CCMN no CEG, sugeriu que o texto voltasse à Faculdade de Medicina para adequações. “Eu acho que o mérito está aprovado, mas precisamos normatizar esse pedido e os próximos que virão de outras unidades”.

Daniel de Augustinis, professor da Medicina de Macaé e representante do campus no CEG, pediu a retirada do ponto de pauta. Para ele, o ofício que embasa o pedido da Faculdade de Medicina deixa informações vagas. Ele defendeu que a questão do retorno das aulas práticas presenciais não é algo que se resume à Medicina, mas

Alerj passa a ser aliada de peso para a volta do Canecão

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrj.org.br

Uma parceria técnico-financeira entre a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e a UFRJ pode dar novo impulso à revitalização da área do campus da Praia Vermelha onde funcionou, até 2010, a mais famosa casa de espetáculos do país, o Canecão. A parceria está prevista no projeto de lei nº 3.023/2020, que deveria ser votado na quinta-feira (6) no plenário da Alerj, mas foi retirado de pauta a pedido dos autores da proposta. Eles sugeriram que a votação fosse precedida por uma audiência pública, realizada nesta sexta-feira (7).

O projeto, que recebeu 11 emendas ao longo de sua tramitação e deverá ir a plenário na semana que vem, propõe a criação de um espaço cultural multiuso e de um centro de memória da música popular brasileira, com a reforma e reabertura do imóvel que abrigou o Canecão, em Botafogo, Zona Sul do Rio.

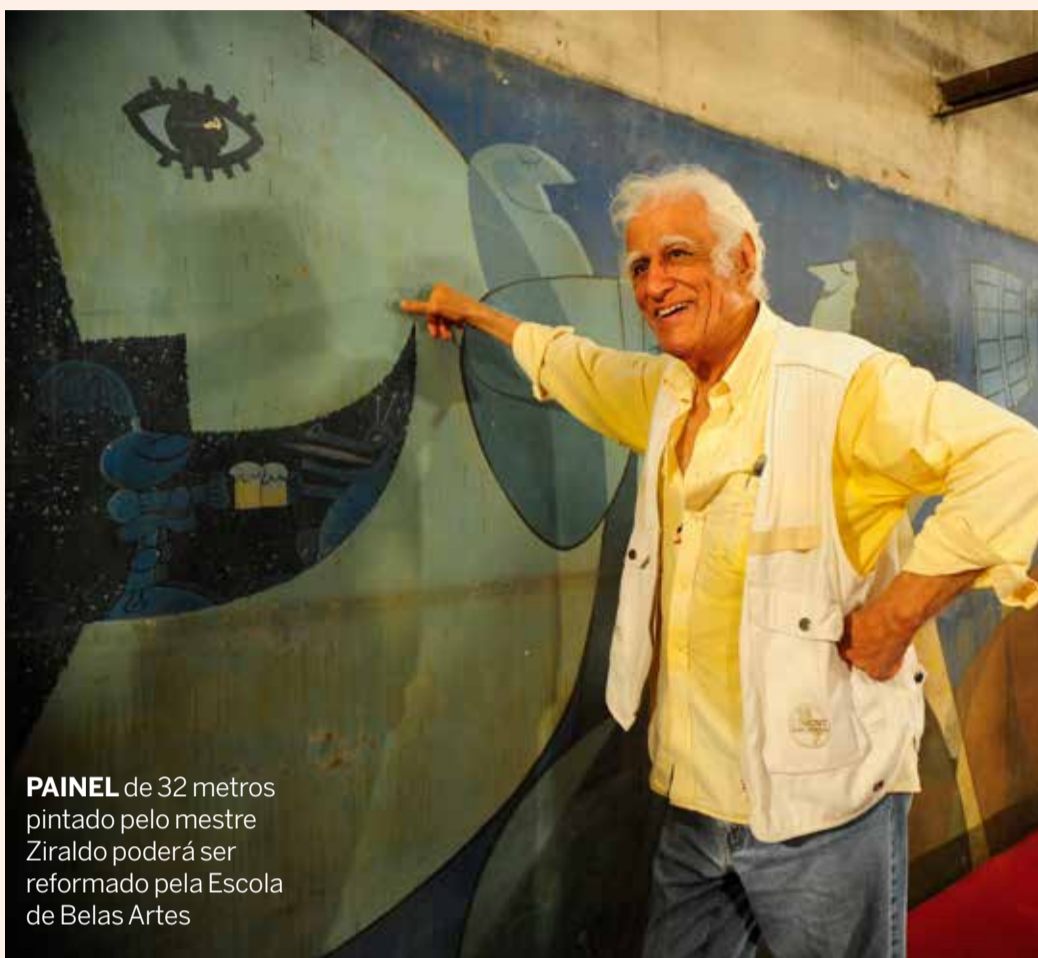
“A audiência pública foi importante para ampliarmos o debate com a comunidade acadêmica e com os moradores da região. Vamos analisar as emendas apresentadas e incorporar as contribuições ao projeto”, defendeu o deputado Waldeck Carneiro (PT), presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Alerj, um dos quatro autores do projeto de lei, ao lado dos deputados André Ceciliano (PT), Eliomar Coelho (Psol) e Flavio Serafini (Psol).

PATRIMÔNIO CULTURAL

Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Waldeck Carneiro ressalta que a Alerj tem mantido vários níveis de cooperação com a comunidade científica do Rio de Janeiro nos últimos anos. “Esse projeto se insere nesse ambiente cooperativo. A Alerj pode contribuir na busca de uma solução viável e de consenso para devolver à sociedade esse patrimônio cultural. O projeto trata dos mecanismos de reabertura, esse é o seu papel. É insuportável tanto tempo sem aquele espaço que foi o Canecão, queremos que ele volte a ser um ambiente de arte e de cultura para a sociedade brasileira”, sustenta o parlamentar.

O projeto prevê que a Alerj possa editar uma norma específica para transferir recursos de seu Fundo Especial à UFRJ. Embora o projeto não fale em valores, estima-se que a Alerj possa destinar pelo menos R\$ 20 milhões à iniciativa. Prevê também que, após a abertura do espaço cultural multiuso, a UFRJ e a Alerj possam encontrar a melhor forma de gestão do equipamento. “Qual será o melhor desenho, o melhor modelo para isso, o debate vai mostrar. É uma decisão que passa pela autonomia universitária, pelo diálogo com os conselhos superiores da UFRJ”, diz Waldeck Carneiro.

Para o vice-reitor da UFRJ, professor Carlos Frederico Leão Rocha, a iniciativa da Alerj é bem-vinda. Mas, para ser levada adiante, ele ressalta que é fundamental que a legislação de uso da área



PAINEL de 32 metros pintado pelo mestre Ziraldo poderá ser reformado pela Escola de Belas Artes



DETALHE do painel na sala de espetáculos

onde está o Canecão seja alterada. Logo depois que assumiu o cargo, em janeiro, o prefeito Eduardo Paes anunciou que iria elaborar e enviar à Câmara Municipal um projeto de alteração da legislação. Procurada pelo **Jornal da AdUFRJ** para saber do andamento do projeto, a Prefeitura do Rio não deu resposta.

“Nada vai sair se a legislação de uso da área não for alterada. Hoje, nós não podemos instalar um equipamento cultural na Praia Vermelha. Pela legislação atual, aquela área só pode ser dedicada à Educação”, lembra o vice-reitor. Segundo ele, a revitalização do espaço que foi ocupado pelo Canecão faz parte de um projeto maior, o Viva UFRJ, que busca identificar possíveis parcerias com empresas privadas para o uso de imóveis da universidade. Pelo projeto, os vencedores das licitações deverão assumir, como contrapartida, reforma e construção de restaurantes e moradias estudantis, entre outros equipamentos. A concessão está prevista para até 50 anos.

“O Viva UFRJ, por enquanto, é só um estudo feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), já concluído e entregue à universidade em novembro. É um estudo volumoso, e a reitoria recebeu os primeiros resumos da equipe que administra o

Viva UFRJ em fevereiro. Nós só fizemos apresentação até agora para o Conselho de Curadores e para o Conselho do Plano Diretor. Também encaminhamos para a análise da Procuradoria, da PR-3 (Pró-reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças) e do Escritório Técnico (ETU)”, informa o professor Carlos Frederico.

PALCO ITALIANO

O estudo do BNDES contém um projeto para um equipamento cultural na Praia Vermelha, em forma de palco italiano, maior que o do Theatro Municipal, com 1.500 lugares na plateia, e análises sobre as possibilidades mercadológicas da área. “Além da edificação com o palco principal, o projeto contempla instalações adjacentes que poderiam servir à UFRJ para outras finalidades. Os modelos de negócio também foram avaliados no estudo, desde um modelo puramente privado, uma gestão híbrida ou um modelo completamente público”, diz o vice-reitor. Segundo ele, o equipamento cultural previsto no estudo é economicamente viável, considerando as condições de demanda pré-pandemia: “Eu não tenho dúvidas de que, mesmo se não tivermos o Viva UFRJ, poderemos revitalizar o espaço onde funcionou o Canecão”.

Para Regina Chiaradia, presidente da Associação de Moradores de Botafogo (Amab), a revitalização do Canecão deve ser desvinculada do Viva UFRJ. “Nós somos contra o Viva UFRJ por vários motivos. Vai adensar o bairro. É um desrespeito. A universidade não pode achar que ela é uma bolha, ela está inserida num bairro. Construir espigões numa área que já tem o adensamento que temos é impensável. A universidade não pode abrir mão do seu patrimônio, concedendo áreas para a iniciativa privada por 50 anos”, critica a representante dos moradores.

Ex-aluna da UFRJ, Regina diz, por outro lado, que os moradores apoiam a revitalização da área do Canecão e de outros equipamentos do campus da Praia Vermelha. “É claro que a área da Praia

Vermelha precisa de revitalização. Eu estudei ali, tenho um carinho por aquele bandeirão, pelos campos de futebol. Esse projeto da Alerj tem um lado positivo pois ele trata do Canecão, que tem um apelo imenso no coração das pessoas. Muita gente se divertiu, namorou, chorou, bebeu ali. Mas esse apelo não pode servir de mote para liberar todo o projeto Viva UFRJ. Estamos falando do velho e bom Canecão, remodelado, com proteção acústica e equipamentos de segurança. Pode ser feito um convênio com o shopping Rio Sul para uso do estacionamento. E pronto, que se faça um belo show de reinauguração com Chico, Caetano, já pensou?”

ESPAÇO DE RESISTÊNCIA

Um dos coautores do projeto de parceria, o deputado Flavio Serafini, presidente da Comissão de Educação da Alerj, deixa claro que a iniciativa se restringe à revitalização do Canecão. “Temos conseguido na Alerj economizar recursos do orçamento, devolvendo dinheiro ao Poder Executivo para fortalecer políticas públicas. Ao longo da pandemia, nós vimos também a necessidade de apoiar instituições federais de ensino superior. Fizemos doações à UFRJ para contribuir em um projeto de produção de respiradores e para a reconstrução do Museu Nacional. E surgiu o interesse em ajudar a revitalizar o Canecão, um dos grandes símbolos da cultura do Rio e do Brasil. A iniciativa da Alerj não tem nenhuma vinculação com o projeto Viva UFRJ. Nosso objetivo é ajudar a UFRJ a reconstruir um espaço de cultura que possa ser uma referência, como foi o Canecão. O projeto prevê aporte de recursos da Alerj, ou seja, uma parceria entre duas instituições públicas. Não há previsão de entrada de recursos privados”, enfatiza Serafini.

Também coautor do projeto, o deputado Eliomar Coelho, presidente da Comissão e Cultura da Alerj, recorda que foi um dos primeiros frequentadores do Canecão, e que a iniciativa certamente há de tocar outros corações. “Eu fui à inauguração do Canecão. Era fantástico, um espaço aberto a todos os ritmos e que virou um celeiro de nomes para a música popular brasileira. Lembro de um show antológico, Brasileiro Profissão Esperança, com Paulo Gracindo e Clara Nunes. E de outro com Mercedes Sosa, no início do processo de abertura política no Brasil. Não era só uma casa de espetáculos, era também um espaço de resistência”, recorda Eliomar.

O Canecão abriu as portas em 1967, como uma cervejaria — daí o nome. Em 2010, após longa batalha judicial entre a UFRJ e a família do empresário Mário Priolli, inquilino do espaço, a casa foi fechada. E se há um consenso em torno da importância do Canecão para a cultura brasileira e da necessidade de sua revitalização, o mesmo se pode dizer do resgate do belo painel de 32 metros criado por Ziraldo para a sala de espetáculos onde brilharam nomes como os de Roberto Carlos, Maysa, Maria Bethânia, Chico Buarque, Caetano Veloso, Cazuza, Zeca Pagodinho e Elymar Santos (ele vendeu até a casa para alugar o palco por uma noite). O painel deverá ser restaurado pela Escola de Belas Artes.